

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM FOCO: Uma busca pelo olhar da Educação Especial em Escolas do Campo

Debora Silvana Vaz Soares¹
Daniele Machado Codevila²

Resumo

A educação do campo e a educação especial hoje vêm sendo tema de várias discussões, seminários e congressos dentro da área de educação. Desta forma através das experiências durante participação em grupos de pesquisas e visitas a diferentes escolas do campo do Estado do Rio Grande do Sul. Propõem-se uma reflexão acerca da importância da vinculação de ambas as áreas, pois assim acredita-se em uma proposta que preserve as bases estruturais de ambas. Por um lado a educação especial busca a importância da aprendizagem a partir das experiências e contexto onde o aluno está inserido. Assim como a educação do campo busca a preservação dos saberes da terra, da cultura do sujeito do campo. Nada mais justo do que proporcionar ao aluno da educação especial oriundo do campo, uma educação e práticas que sejam baseados nos verdadeiros preceitos de ambas as áreas. Assim através de diferentes bibliográficas aborda-se a educação do campo e educação especial, enaltecendo a necessidade eminente de sua vinculação no Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Educação do Campo, Educação Especial, Escola do Campo.

Introdução:

A educação tem suas várias faces, suas várias realidades e nesse contexto se vai além de apenas uma educação. Se compreende um processo que se expande e se transforma em várias educações. Dessa forma se tem a compreensão do que é aprender e o que é ensinar. As diferentes realidades de um mesmo contexto podem não apenas influenciar em uma abordagem, mas sim nortear uma prática em seu todo.

Dentro das várias realidades que hoje constitui o conjunto de escolas, encontra-se as escolas do campo, que trazem consigo o reflexo de sua comunidade escolar. A educação do campo constitui um cenário que muitas vezes é desconhecido para a maioria dos profissionais da área de educação. Na maioria das vezes se pensa a educação baseada na realidade que nos está mais próxima, naquela que parece ser a única alternativa em um futuro próximo, deixa-se de pensar a realidade da educação especial na educação do campo.

Embora estas áreas pareçam distintas, possuem uma ligação direta, que leva a refletir sobre como se vê a educação especial no campo, as dificuldades que se pode encontrar nos

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – deh.soares88@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - danielecodevila@gmail.com

alunos e também nas potencialidades que estes podem nos apresentar. Dentro do contexto da educação especial e definindo-se que como público deste atendimento estão os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, faz-se necessário ir além das perspectivas e realidades mais próximas que se tem durante a formação. Assim, é instigante esta aproximação entre a educação do campo e em especial, já que esta realidade no estado do Rio Grande do Sul ainda constitui-se como pouco abordada, tanto em trabalhos de pesquisas acadêmicas, como na própria realidade dos profissionais que trabalham em escolas do campo.

Partindo de diferentes leituras sobre a educação do campo, e do envolvimento com pesquisas de extensão a partir do projeto (Pibid) Interdisciplinar Educação do Campo em escolas do campo, bem como o estudo de diferentes bibliografias e participação em eventos da área de educação do campo, e também conversas com professores de escolas do campo, percebeu-se a grande lacuna que pode-se achar referente à educação especial.

Durante a realização de trabalhos em escolas do campo, referentes ao conhecimento da realidade e da cultura local do Distrito Arroio Grande na cidade de Santa Maria, visitas e desenvolvimento de trabalhos em escola de assentamento dos municípios de São Gabriel e Júlio de Castilho, no período de um ano e meio, várias foram as inquietações e indagações a respeito da educação especial em escolas do campo.

No cenário atual do estado do Rio Grande do Sul, em suas diferentes regiões, independente da rede de ensino, poucas são as escolas do/no campo que possuem profissionais especializados na área de educação especial. Assim como, em contexto geral há um número muito reduzido de escolas do campo que possuem salas de recursos/multifuncionais. Com isso muitos dos alunos considerados alunos da educação especial são deslocados ou mesmo encaminhados à escolas urbanas, com isso nega totalmente seus direito de educação em concordância com sua realidade, sendo isso a não configuração das características que são propostas aos sujeitos do campo pela educação do campo.

Educação do Campo em foco: uma realidade que necessita ser (re)descoberta .

A educação do campo passa por um processo que se desenvolve ao longo da história, sendo que em suas bases busca trazer para a sociedade uma educação que valorize o ambiente

onde o homem do campo vive, a organização do trabalho e a relação que o homem tem com o meio ambiente. Segundo a Resolução 01/2002 do Conselho Nacional de Educação:

A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana [...]

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam a soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002, p. 3).

Como nos traz Caldart (2012) no Dicionário de Educação do Campo. A educação do campo foi inicialmente colocada em discussão dentro do cenário educacional após o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera), realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no ano de 1997. No ano seguinte a denominação Educação Básica do Campo surge durante a elaboração e realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Após discussões realizadas no Seminário Nacional no ano de 2002, denominou-se Educação do Campo. Esta decisão foi novamente reconhecida durante a II Conferência Nacional acontecida no ano de 2004.

No mesmo ano de 1998 entra em vigor o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que segundo Santos:

(...) é uma Política Pública do governo federal, específica para a educação formal de jovens e adultos assentados da Reforma Agrária e do crédito fundiário e para a formação de educadores que trabalham nas escolas dos assentamentos ou dos seus entorno e atendam a população assentada. (SANTOS, 2012, p. 629).

Em seus projetos este programa visava à alfabetização, ensino fundamental e médio na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), assim como ensino médio

profissionalizante, ensino superior e pós-graduação, surgindo juntamente à ação denominada Residência Agrária³.

Se hoje o movimento de educação do campo busca melhorias e batalha por seus direitos, isso se deve às lutas dos movimentos sociais do campo pela reforma agrária⁴, por políticas públicas, pelos direitos humanos e por melhores condições de vida à população do campo. Trazendo atrelado a isso a luta por uma educação do/no campo.

Pode-se ainda hoje encontrar referentes às escolas da área rural as denominações: Escola do Campo, Escola no Campo e a Escola do/no campo. A seguir encontra-se uma descrição que diferencia os dois primeiros termos que são utilizados.

A expressão “no campo” refere-se ao direito do povo ser educado no lugar onde vive. Ao se referir ao termo “do campo”, essa educação deve vincular a participação dos sujeitos e respeitar a cultura, as necessidades humanas e sociais do lugar onde vivem. (KOLLING, CERIOLI, CALDART, 2002, p.40).

Baseada em uma educação que valorize a terra, os saberes dos camponeses, a educação do campo tem como objetivo uma educação que seja adequada às necessidades e as realidades desta população, levando em consideração a aprendizagem dos alunos dentro de um processo diferenciado de ensino que se ajuste aos educandos.

Assim, quando fala-se em Educação do/no Campo, procura-se assegurar ao sujeito o direito de permanência do aluno no campo, sem a necessidade de se locomover para a região urbana para estudar, e além disso, essa educação traz consigo também as características da Educação do Campo, buscando uma educação vinculada a realidade e que dê ênfase nos saberes do campo. Hoje a busca por uma Educação do/no Campo é o que norteia muitos estudos da área, pois é vista tal educação como a forma mais adequada de oferta ao sujeito do

³Residência Agrária é uma modalidade específica do curso de especialização (pós-graduação) atendida pelo PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA). Essa modalidade de curso orienta-se pelos objetivos, princípios, diretrizes e fundamentos legais mais gerais do Pronera. Apesar disso, possui objetivos e diretrizes específicos, voltados para o fortalecimento da relação entre assistência técnica, Educação do Campo e desenvolvimento. (MICHELOTTI, 2012, p.679)

⁴Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-se a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. (STEDILE, 2012, p.657)

Campo, desta forma percebe-se que ao disponibilizar tal proposta, se tem como foco central o respeitar as suas características, a região onde mora, sua cultura e principalmente seus saberes campesinos⁵.

Por isso, é necessário para este trabalho educacional, professores que tenham uma formação adequada para o trabalho com alunos de escolas do campo, bem como materiais didáticos adequados e uma estruturação curricular que beneficie os saberes dessa população auxiliando a família a repassar tais saberes de geração em geração, priorizando também a importância que o campo tem para a sociedade como um todo.

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da EDUCAÇÃO DO CAMPO, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. (MOLINA; SÁ, 2012, p. 324).

Ao tratar de escola do campo, trata-se de propostas de um ensino que prevê práticas que são de acordo com a realidade de tais alunos, que em seu currículo procura privilegiar disciplinas necessária para estes alunos e que sejam de seu interesse. Tem-se, por exemplo, a disciplina de técnicas agrícolas, que é ministrada em diferentes escolas do campo.

Além disso, vê-se como de suma importância levar as atividades que os alunos desenvolvem junto à propriedade da família para dentro das demais disciplinas curriculares, se vê nisso uma forma palpável e significativa para os alunos. Disciplinas curriculares como português, matemática, história, geografia e as demais, podem se utilizar dos conhecimentos que os alunos de tais escolas possuem, adequando então seus conteúdos a forma de ensinar, de maneira que leve para a sala de aula a vivência da realidade do campesinato.

Mas os acadêmicos dos cursos de licenciatura sabem o que é a educação do campo e a discutem durante a formação docente? É importante pensar neste contexto, pois e pode ser um campo de atuação.

Os currículos oficiais dos cursos de licenciatura não têm destacado as questões pertinentes aos conhecimentos e práticas sociais oriundas do meio rural. São

⁵Utiliza-se o termo “campesinos”, pois fala-se de sujeitos de uma escola estadual de assentamento, sendo assim segundo COSTA e CARVALHO (2012) “O campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado.

currículos que privilegiam conteúdos, ricos na sua especificidade, mas poucos sensíveis ao atendimento das reais necessidades de conhecimento e cultura dos diversos grupos étnicos como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e trabalhadores da agricultura, que historicamente foram excluídos como capazes de pensar e de agir. (DALBEN, 2010, p.79).

Pode-se ver que a realidade ainda está um pouco longe das turmas de graduação e dentro das formações continuadas. A concepção de educação e de escola ainda se dá por modelos associativos, ao mais próximo, as realidades mais acessíveis. Infelizmente isso faz com que a educação do campo e as escolas do campo sejam esquecidas em certos momentos.

Embora isso aconteça, nos últimos dez anos, os estudos sobre a educação do campo ganham maiores proporções, sendo mais discutidos dentro das políticas públicas, das universidades, dos seminários e congressos sobre educação do campo, entre outros. Uma nova visão surge ao direcionar seu olhar para esta população. Com isso também surgem novos questionamentos e novas relações que podem ser elaboradas.

Mas assim como em qualquer modalidade de ensino, a educação do campo tem suas peculiaridades e variadas realidades. Embora já tenham acontecido grandes conquistas relacionadas à educação do campo, esta ainda traz consigo grandes problemas, e a falta de recursos para que possa realmente ser oferecido o ensino de forma completa aos sujeitos desta realidade.

Apesar de os dados da educação do campo serem reconfigurados em função das lutas, ainda permanecem deficiências grandes, tais como a falta de atendimento no âmbito da educação infantil, do segundo segmento do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior, além das modalidades de EJA e educação especial. (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012, p.240).

Assim, um dos pontos que necessita-se rever e até mesmo se repensar é a educação especial nas escolas do campo. A invisibilidade dos alunos com necessidades especiais no campo é uma realidade que precisa urgentemente ser mudada. Muitas crianças não possuem um parecer ou mesmo não são identificadas, sendo que estas ficam a margem da educação, não lhes sendo dadas as condições adequadas para sua aprendizagem.

Nas realidades encontradas nas escolas do campo do Rio Grande do Sul entre estas as escolas de assentamento, algumas escolas do campo possuem educadores especiais. Mas essa realidade ainda faz parte de uma minoria das escolas, assim como são minoria os alunos que recebem o atendimento educacional especializado em escolas do campo. Em decorrência

disso, muitas dessas crianças deixam de frequentar as escolas, e em algumas das realidades nem mesmo são matriculadas.

As escolas do campo, assim como outras escolas, enfrentam os novos desafios da inclusão, enfrentam o problema da falta de formação de profissionais para o trabalho com estes alunos, assim como as faltas de condições físicas dos prédios que necessitam de adaptações para receberem alunos com necessidades educacionais especiais.

Os trabalhos desenvolvidos em escolas do campo privilegiam sempre o foco na identidade do sujeito como sendo pertencente ao campo, visando sempre o incentivo aos jovens a permanência neste, a valorização da terra e a importância que esta tem para o desenvolvimento da sociedade. Da mesma forma, a educação especial busca o resgate da identidade de cada um de seus sujeitos, como sendo pertencentes a uma sociedade, na qual a aceitação e inclusão destes é possível e real.

Da mesma forma que a educação especial pode trazer novos olhares acerca daqueles sujeitos apontados como “problemáticos” em decorrência de suas aprendizagens, a educação do campo pode trazer novas formas de atendimentos, que são baseados em práticas conhecidas por estes sujeitos e nada mais é do que o trabalho de suas capacidades através do seu mundo. Ao educador especial em uma escola do campo, basta olhar ao seu redor, pois lá estarão as melhores alternativas e as mais diversificadas formas de trabalhar com os variados tipos de alunos que pode possuir.

Considerações acerca da Educação Especial

É necessário ao docente o conhecimento e a compreensão daquilo que não se conhece, e que da mesma forma é tão rico e proporciona questionamentos, desafios e aprendizados. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos com base nas diferenças socioculturais desses grupos. (BRASIL, 2008 p. 17).

Mesmo assim sabe-se que essas práticas são quase inexistentes em muitas localidades. Com isso busca-se então fazer uma relação entre as duas áreas, a educação especial e a

educação do campo. Há falta de oportunidade para conhecer a realidade da educação do campo, da mesma forma que é difícil encontrar um educador especial nas escolas do campo que se localizam mais distantes das cidades.

As políticas que hoje conduzem a educação especial preveem uma realidade na qual todo sujeito com necessidades educacionais especiais esteja incluído dentro das escolas em salas regulares. Com isso traz consigo, a importância de profissionais que estejam preparados para atuar em tal realidade. Os trabalhos dentro de sala de aula, dentro da escola necessitam de um apoio constante, bem como a precisão de um trabalho que privilegie todos os sujeitos que envolvem-se nessa prática, tanto professores, alunos e demais funcionários que pertencem à escola.

Desta forma são garantidos pelos documentos legais o acesso ao ensino, o atendimento educacional especializado, estruturas físicas adequadas, o transporte escolar, profissionais capacitados para trabalhar com as particularidades que cada aluno apresenta, bem como materiais adaptados que venham a ajudar e a contribuir para a aprendizagem destes alunos. Mas infelizmente esta realidade não chega a todas as escolas, sendo que um grande público pertencente à educação especial, ainda não possui atendimento, nem mesmo estão sendo identificados como alunos que necessitam de um atendimento e formas diferenciadas para a aquisição de sua aprendizagem.

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. (BRASIL, 1994, p. 4).

O processo de inclusão nas escolas vem gerando um debate constante entre os profissionais da área, tanto nas universidades como nas escolas. Além disso, muitos são os envolvidos nessa prática que necessita de uma movimentação não somente de uma turma ou de um professor, mas sim de todo o contexto escolar, para que este se adapte e mude sua realidade de forma a atender os alunos incluídos, tornando-os realmente parte do processo educacional.

A inclusão assegura o acesso à educação a todos os alunos que possuem necessidades educacionais especiais, mas além disso deve assegurar a estes alunos condições para que se

desenvolvam totalmente em relação as suas potencialidades, fazendo com que evoluam em todos os sentidos, tanto sociais, afetivos cognitivos, etc.

A Declaração de Salamanca nos traz na estrutura de ação em educação especial que:

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. (BRASIL, 1994, p.3).

De certa forma parece que as leis de inclusão, hoje defendidas pela educação especial, não estão chegando até as escolas do campo. Desta forma parece que a própria educação especial torna-se excludente, já que suas práticas não chegam a todas as comunidades e a todos os sujeitos que necessitam de um atendimento e de profissionais capacitados para trabalhar com suas necessidades. Mais que isso, é necessário trazer a foco a educação especial no campo, pois ainda permanece na invisibilidade dos processos formativos do curso de educação especial.

Se vê como necessária uma breve retomada sobre o início do trabalho voltado a área da educação especial, pois em sua trajetória, atrelado a seus estudos, podemos analisar claramente a educação do campo e a educação especial como sendo áreas próximas.

Quando se pensa na história da educação especial, podemos não somente compreender as evoluções e trajetórias de uma área de estudo, mas também pode-se através do olhar da educação do campo, fazer análises que talvez nos passem despercebidas inicialmente.

Os primeiros registros que se tem sobre a educação especial segundo Rampelotto (2004), são relativos aos trabalhos realizados por Itard com Victor "O menino selvagem", sendo que os trabalhos que o pesquisador desenvolveu foram referentes as questões diárias da criança e a socialização deste no mundo. Mas ao analisarmos suas estratégias, também podemos pensar no local onde estas muitas vezes se deram.

Itard não morava em uma grande cidade e sim em uma casa mais afastada onde era rodeado pela natureza, pelo campo. Ao nos reportarmos algumas cenas do filme "O menino

selvagem”⁶, várias foram as cenas nas quais Itard, utiliza do meio ambiente, do campo para tentar trazer ao menino conhecimentos.

Tais elementos do cotidiano de Itard podem ser associados ao meio em que hoje os alunos de escolas do campo presenciam. O contato direto com a natureza, com possibilidades de aprendizado por meio do campo, das características e componentes de sua própria realidade. Então se tal estudioso da educação especial já em seus estudos iniciais utilizava os recursos naturais que eram de sua realidade para suas práticas de aprendizado, porque nos dias atuais, parece que a educação especial se distancia tanto deste meio, desta realidade?

Ao longo dos anos a educação especial traz consigo as marcas da exclusão, dos estigmas que são criados, e com eles a falta de conhecimentos que acontecem em algumas culturas e mesmo localidades. O próprio histórico da educação especial traz o campo como um local para onde famílias levavam seus filhos que possuíam alguma necessidade especial. Como uma forma de isola-los, para que o mundo não soubesse de sua existência.

Intrinsicamente o campo se vincula à educação especial, sendo relacionado a coisas benéficas ou mesmo situações de exclusão. Nos dias atuais muitas dessas ideias de incapacidade e exclusão ainda são tidas por algumas famílias que acreditam que seus filhos são incapazes, “doentes”, ou mesmo que não conseguem aprender. Essa realidade em muitos casos é encontrada no campo, bem como a falta de conhecimento a respeito do que o sujeito possui ou de sua identidade.

Tais questões como distância, as condições e a localidade em que as famílias moram no campo, contribuem para que os sujeitos não tenham um acesso a avaliações ou mesmo um encaminhamento para profissionais que possam dar um atestado, ou parecer pedagógico para ajudar professores dentro da escola a trabalhar com os alunos com necessidades especiais.

Da mesma forma que as dificuldades não podem ser identificadas de uma maneira mais adequada, são invisíveis muitas vezes as capacidades que estes alunos desenvolvem. Estas capacidades podem ser associadas às diferentes áreas do conhecimento, às áreas acadêmicas, assim como também aqui fazendo uma alusão aquelas capacidades que alunos de escola do campo podem ter relacionadas aos saberes do trabalho campesino, de suas

⁶ O livro intitulado A Educação de um Homem Selvagem de Itard, foi publicado no ano de 1801. No ano de 1970 foi adaptado para o cinema, transformando-se no filme francês L'enfant sauvage, tendo como título em português “O Menino Selvagem” ou “O Garoto Selvagem” dirigido por François Truffaut.

estratégias para melhorar as condições de suas famílias, da produção, das atividades referentes à terra que sua família pratica.

Hoje os recursos relacionados à educação especial em escolas do campo, tendo como exemplo as escolas de assentamento da reforma agrária, são caracterizadas pela falta de tais serviços e acessos ao atendimento educacional especializado no estado do Rio Grande do Sul. Nesse contexto pode-se dizer que se torna mais fácil a identificação da “incapacidade” do que a de uma capacidade.

Dentro das escolas do campo, a observação e o convívio direto com os alunos, permite aos educadores um maior conhecimento a respeito de suas potencialidades, suas dificuldades, áreas de afinidades, bem como suas características individuais. O número reduzido de alunos e mesmo a oportunidades de convívio mais próximo devido à participação mais ativa da comunidade escolar, faz com que professores e mesmo os colegas entre si, tenham maiores oportunidades de conhecer um ao outro.

O campo aponta uma riqueza de saberes e conceitos dentro de todas as formas, sendo que o sujeito que vive neste ambiente poderá demonstrar diferentes habilidades. Ao direcionar o olhar para a teoria das Inteligências Múltiplas apresentadas por Gardner (1994), este aborda oito inteligências sendo elas: linguística, lógico-matemática, espacial, corporal cenestésica, musical, intrapessoal, interpessoal e a naturalística. Em um primeiro olhar pode-se associar o campo à inteligência naturalística como principal inteligência a ser desenvolvida neste espaço. No entanto o aluno do campo tem capacidades como qualquer outro aluno de possuir qualquer uma das inteligências, se diferenciando as formas como esse as relaciona e aplica em suas ações e projetos.

Todas estas questões estão ligadas com as condições de acesso, de recursos físicos e humanos que em muitas das escolas do campo são precários. As escolas de assentamento tem em suas histórias grandes lutas, guiadas pelos ideais do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) em relação à educação do campo e está buscando novas conquistas. Conforme Martins (2004, p. 59), “(...) a Educação do Campo como um processo permanente de formação/transformação humana reforça a concepção de que o processo educacional não se dá exclusivamente na escola, mas sim na dinâmica social e aponta para a perenidade deste ato.”

Desta forma a educação se dá em diferentes esferas, não sendo somente atribuída a sala de aula, as paredes da escola, ela perpassa pelo contexto de inserção destes aluno, pelas

vivências familiares, por suas lutas, pelas relações estabelecidas com a terra, com a sociedades, com os direitos e com os deveres de cada sujeito. Assim, é assegurado a todos os alunos o direito e o acesso a uma educação de qualidade e que privilegie suas especificidades, suas necessidades, dificuldades e dê o incentivo às habilidades mostradas pelos alunos.

O campo, como um cenário rico em estímulos, pode ser um local eminente para o trabalho das potencialidades do aluno público alvo da educação especial. Para isso é necessário mais do que a identificação dos mesmos, é necessário realizar um trabalho coletivo entre profissionais qualificados na área de educação especial e da educação do campo. Estas duas realidades mais do que nunca precisam coexistir neste ambiente, fazendo com que as características de cada uma das áreas fundam-se em um trabalho que se torne realmente válido, estimulador e condutor de novos saberes para o aluno

Assim é necessário e preciso uma vinculação de caráter urgente entre a educação especial e a educação do campo, de modo que estas deixem de serem realidades distantes como acontecem em muitas das escolas, e se tornem cada vez mais próximas dentro do contexto do campo.

Referências Bibliográficas

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Territórios Educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**/ Maria Isabel Antunes-Rocha, Maria de Fátima Almeida Martins, Aracy Alves Martins, [organizadores]. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012 – (Coleção da Educação do Campo; 5)

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**/ Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. 79p.

_____. **Conselho Nacional de Educação\ Câmara de Educação Básica**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf> >. Acesso em: 02 dez. 2013

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

____. Secretaria Nacional do MST. **MST: Lutas e Conquistas** / Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2010.

CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do Campo**/ Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GARDNER, H. **Estruturas da mente**: a teoria das Inteligências Múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

____. **Inteligência**: um conceito reformulado. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. v. 4. (Coleção por uma Educação do Campo).

MARTINS, Fernando José. **Gestão Democrática e ocupação da escola: o MST e a educação**/ Fernando José Martins. – Porto Alegre: EST. 2004. 119 p.:il.

MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes (org.). **Experiências e Diálogos em Educação do Campo**./ Kelma Socorro Alves Lopes de Matos, Carmen Rejane Flores Wizniewsky et al. [organizadores]. – Fortaleza: Edições UFS, 2010.

MICHELOTTI, Fernando. **Residência Agrária**. In: CALDART, Roseli Salete (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 679-684.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. **Escolas do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 324-331.

OLIVEIRA, Lia Maria Texeira de; CAMPOS, Marília. **Educação Básica do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 237-244.

RAMPELOTTO, Elisane Maria. **A invenção da educação especial**. [Editorial] Revista Educação Especial/Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. Departamento de Educação Especial. – N. 24 (2004) -.- Santa Maria, 2004.

SANTOS, Clarice Aparecida dos Santos. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. In: CALDART, Roseli Salete (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 629-635